



Boletim Local

Edição 184 - Santos, 20 de agosto de 2008.
Edição Especial

Santos aprova Dia Nacional de Protesto Unificado contra demora do governo em editar Medida Provisória

“Quando deixa de participar, outros decidem por você e alteram a ordem dos fatos e a sua rotina sem mesmo você perceber. Quem decide, participando, cria a própria realidade.”

(autor desconhecido)



*Jurídico da DEN esclarece situação de ações judiciais e LOF...pág. 2

*Filiados aproveitam para esclarecer dúvidas sobre 28,86%.....pág. 3

*Auditores de Santos aprovam o Dia Nacional de Protesto.....pág. 4

Jurídico da DEN esclarece situação das ações judiciais e LOF aos Fiscais de Santos

A DS/Santos, por intermédio da diretora de Assuntos Jurídicos, Maria Cristina Euzébio, promoveu na última segunda-feira, dia 18 de agosto, ao longo da tarde, no Auditório da Alfândega, uma reunião entre os associados santistas e o diretor de Assuntos Jurídicos da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unafisco Sindical, Wagner Vaz, para esclarecer os colegas sobre a Lei Orgânica do Fisco (LOF) e responder as dúvidas acerca

de ações judiciais, com destaque para a dos 28,86%. O evento havia sido solicitado à diretoria da DS pelos associados de Santos.

Wagner Vaz discorreu sobre os últimos avanços obtidos pelo Sindicato na minuta de Lei Orgânica que a Administração da Receita Federal do Brasil vem elaborando no âmbito do Propessoas.

É importante lembrar que a Classe dos Auditores-Fiscais aprovou uma minuta que difere da que vem sendo elaborada pela Administração. Contudo, essas diferenças, antes bastante acentuadas, vêm sendo reduzidas. O texto da RFB já está em sua terceira versão. “Temos trabalhado de maneira enfática na melhoria das minutas para aproximá-las cada vez mais do que queremos”, explicou

o diretor da DEN. Um dos avanços foi conseguir a previsão de separação da carreira de Auditor-Fiscal e a de Analista.

Wagner acentuou a importância da Lei Orgânica no resgate da Autoridade do Auditor-Fiscal, com a previsão de autonomia funcional do Auditor, aniquilação do

Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) que seria substituído pelo Auto de Instauração, de autoria do próprio Auditor, fim da avaliação individual e de toda e qualquer forma de

influência indevida no trabalho desenvolvido por um membro da Classe.

O diretor da DEN lembrou que a Lei Orgânica explicita a questão da titularidade, isto é, esclarece que o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil é a autoridade fiscal do órgão e que os chefes devem ser reconhecidos apenas como autoridades administrativas hierarquicamente superiores, não tendo uma maior autoridade em relação a quem não está em cargo de chefia. Prevê também o retorno dos anuênios, o aumento do valor das diárias e que a carteira funcional seja aceita em todo lugar e não exigido do Auditor outra forma de identificação, como os malfadados crachás. Pontos importantes, contudo, ainda estaria fora das minutas, como ser preso somente por ordem de um tribunal e lista tríplice, por exemplo.



“Temos de exigir tratamento compatível com a nossa condição. Está lá na Constituição Federal que somos nós as Autoridades Fiscais. Está no Código Tributário Nacional que somos nós, os Auditores-Fiscais, as Autoridades Administrativas. Temos de pensar na questão remuneratória, mas não apenas nis-

to. Não podemos nos esquecer de nossa Autoridade Lei Orgânica do Fisco. Além disso, não temos de chegar ao topo do Executivo, mas sim ao topo da remuneração paga pelo Estado, já que somos constitucionalmente considerados essenciais ao seu funcionamento”, explicou o diretor.

Filiados aproveitam para esclarecer dúvidas sobre o processo dos 28,86%

Questionado sobre os problemas encontrados na ação de execução dos processos dos 28,86%, Wagner Vaz lembrou que a própria Direção Nacional havia sido surpreendida pelo fato de

dois processos já terem transitado em julgado com o percentual a ser aplicado sobre a RAV de apenas 2,2%, por meio da ligação telefônica de um associado, fato que foi omitido dos relatórios quinzenais que o



Sindicato recebe do escritório contratado para cuidar da ação. A Diretoria de Assuntos Jurídicos convocou imediatamente, em 10 de julho, reunião com os advogados do escritório contratado, Piza e Primerano Advogados Associados, e com Regina Xavier, a fim de entenderem como algo dessa gravidade aconteceu.

Segundo Alexandre Costa, os advogados relataram que se tratavam de dois acórdãos, ambos publicados em 12 de dezembro de 2007, e que haviam

peticionado ao juiz que reconsiderasse a perda de prazo. Informaram que outros dois processos constavam como transitados em julgado, mas que tais situações poderiam ser revertidas. Não esclareceram, entretanto, o porquê de o fato não haver sido informado à Diretoria de Assuntos Jurídicos do Unafisco quando de sua ocorrência.

Outros problemas no encaminhamento dos processos foram narrados e após responder aos questionamentos, Wagner concluiu: “Que-

ro manifestar minha perplexidade com estes fatos e garantir que todas as providências foram adotadas imediatamente após tomarmos conhecimento dos casos desfavoráveis. Tudo pode ocorrer até transitado em julgado. Vivemos uma segurança jurídica relativizada. Temos conseguido reverter vários problemas e tenho convicção de que conseguiremos reverter ou pelo menos minimizar o até aqui exposto. Já estamos trabalhando nas propostas de soluções para serem apresentadas aos colegas”.

Santos aprova o Dia Nacional de Protesto Unificado



Os Auditores-Fiscais de Santos presentes à Assembléia Nacional realizada nesta terça-feira, dia 19, no Auditório da Alfândega aprovaram, por unanimidade, a realização do Dia Nacional de Protesto Unificado das Carreiras Típicas de Estado pelo descumprimento dos acordos por parte do governo”, marcado para ocorrer amanhã, quinta-feira, dia 21/08, em todo o país.

Durante a Assembléia, o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, prestou alguns esclarecimentos aos colegas sobre o que ocorrerá se a Medida Provisória for editada quebrando o acordo com a Classe.

“Se isso ocorrer, teremos de realizar um dispendioso trabalho parlamentar no Congresso Nacional, que pode ou não ser favorável. Em momentos como este fica evidenciada a necessidade de construirmos uma força política para a Classe dos Auditores. No campo sindical, atuamos até onde podíamos e con-

seguimos um ótimo acordo. Contudo, neste momento, não temos força política para fazer o governo cumprir o acordado. Ao passo que, se tivéssemos representantes legítimos e comprometidos com a Classe, no Congresso Nacional, poderia-se atuar ante a ameaça de quebra de acordo junto ao Executivo e até mesmo no Congresso, preparando caminho para a MP ser emendada no que fosse necessário. Diante da nossa realidade, mais uma vez, poderemos, como se diz por aí, ‘correr atrás do prejuízo’ e não nos anteciparmos a ele, como deveríamos”, concluiu.

Todos os demais indicativos, relativos ao processo de unificação das entidades representativas dos Auditores-Fiscais da RFB - Unafisco e Fenafisp - foram aprovados, incluindo o que estabelece o prazo de 31/07/2009 para o final do processo da criação da entidade unificada. Veja abaixo programação do Dia de Protesto:

Dia Nacional de Protesto (21/08), em Santos:

10h30 - Assembléia Local Pré-Conaf 2008, no auditório da Alfândega

- Zona primária: Operação-padrão

- Zona secundária: sem exame de processos e atendimento a contribuintes

Expediente: publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2007/2009.
Secretária de Comunicação: Nilva Martinez Martinez.
Jornalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).